



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**GABRIEL ANDRADE DE FREITAS**

**OS FUNDAMENTOS E A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA:  
UMA DISCUSSÃO TEÓRICO-FILOSÓFICA ENTRE  
IMMANUEL KANT E ARTHUR SCHOPENHAUER**

**CAJAZEIRAS**

**2024**

**GABRIEL ANDRADE DE FREITAS**

**OS FUNDAMENTOS E A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA:  
UMA DISCUSSÃO TEÓRICO-FILOSÓFICA ENTRE  
IMMANUEL KANT E ARTHUR SCHOPENHAUER**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História, do Centro de Formação de Professores (CFP) da universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus de Cajazeiras, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Antunes Ferreira da Silva (ETSC-UFCG)

**CAJAZEIRAS**

**2024**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação-(CIP)

F866f	<p>Freitas, Gabriel Andrade de. Os fundamentos e a importância da História: uma discussão teórico-filosófica entre Immanuel Kant e Arthur Schopenhauer / Gabriel Andrade de Freitas. – Cajazeiras, 2024. 39f. Bibliografia.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Antunes Ferreira da Silva. Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2024.</p> <p>1. Filosofia. 2. Kant, Immanuel. 3. Schopenhauer, Arthur. 4. Iluminismo. 5. Razão. 6. Anti-historicismo. 7. Teoria filosófica – diálogos. I. Silva, Antunes Ferreira da. II. Título.</p>
UFCG/CFP/BS	CDU - 1

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

**GABRIEL ANDRADE DE FREITAS**

**OS FUNDAMENTOS E A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA:  
UMA DISCUSSÃO TEÓRICO-FILOSÓFICA ENTRE  
IMMANUEL KANT E ARTHUR SCHOPENHAUER**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História, do Centro de Formação de Professores (CFP) da universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus de Cajazeiras, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

**Aprovado em 28 de novembro de 2024.**

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente



**ANTUNES FERREIRA DA SILVA**  
Data: 28/11/2024 19:16:50-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Dr. Antunes Ferreira da Silva  
(ETSC -UFCG) - Orientador**

Documento assinado digitalmente



**MATHEUS MARIA BELTRAME**  
Data: 28/11/2024 19:28:07-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Dr. Matheus Maria Beltrame  
(UACS-CFP-UFCG) - Examinador**

Documento assinado digitalmente



**THALYTA DE PAULA PEREIRA LIMA**  
Data: 28/11/2024 19:55:31-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Dra. Thalyta de Paula Pereira Lima  
(ETSC-UFCG) - Examinadora**

Dedico este trabalho aos meus pais Adriano e Antonia, padrinhos, avós, primos, tios e tias que me ajudaram direta ou indiretamente no meu processo de formação. Sem o apoio da minha família nada disso seria possível.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho apenas foi possível pelos membros desta banca. Primeiramente agradeço a Profa. Da. Thalyta Lima, por ela ter me colocado do caminho da História. Trata-se de uma professora que representa influência decisiva em minha formação. Caso não tivesse passado três anos sob sua tutela na ETSC, meu presente poderia ser algo totalmente diferente. Tenho muita sorte por ter sua presença nesta banca avaliadora.

Agradeço ao Prof. Dr. Matheus Maria Beltrame por trazer consigo um novo ar para o curso de Licenciatura em História da UFCG de nosso campus. Mesmo com todas suas atribuições em sala de aula e administração, pôde estar presente.

Por fim agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Antunes Ferreira da Silva, fundamental em minha formação mesmo antes de meu ingresso no curso, quando ainda também foi meu professor de Filosofia e Sociologia na ETSC. Foi através deste homem que tive contato com os pensadores discutidos neste trabalho, além de sua contribuição para a escrita do mesmo. Uma parceria que já perdura por anos e que espero que perdure por mais tantos quantos possíveis.

Causa sempre surpresa que as velhas gerações se empenhem aparentemente nas suas ocupações trabalhosas só em vista das futuras, para lhes preparar um estádio a partir do qual possa me levar ainda mais o edifício que a natureza tem como intento; e que só as últimas gerações terão a sorte de habitar na mansão em que uma longa série dos seus antepassados (talvez, decerto, sem intenção sua) trabalhou, sem no entanto poderem partilhar da felicidade que prepararam (Kant, s.d., p. 7).

A história é decerto um saber, mas não uma ciência. [...] As ciências em seu conjunto falam daquilo que sempre é; a história, ao contrário, daquilo que é uma vez e depois nunca mais é.[...]ela conhece tudo apenas imperfeitamente e pela metade (Schopenhauer, 2015b, p. 528).

## RESUMO

A presente pesquisa constitui-se no desenvolvimento de diálogo entre os filósofos Immanuel Kant (1724-1804) e Arthur Schopenhauer (1788-1860) com o intuito de analisar as suas proposições sobre os fundamentos e a importância da História. Trata-se de uma pesquisa de teor teórico-bibliográfico, que utilizou como principais referências as seguintes obras: de Kant, *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* (1784), e de Schopenhauer, *O Mundo como Vontade e Representação* (1818). Embora este seja um assíduo leitor daquele, estes autores não compartilharam de posições concordantes sobre a problemática aqui levantada. Kant exalta a História equanto um norte para o desenvolvimento da sociedade, dotado de uma perspectiva racionalista, percebe a História como campo de estudo da razão coletiva. Schopenhauer, por sua vez, vê a História e o passado, seu objeto de estudo, apenas como mais uma área de conhecimento de menor importância, o qual não daria conta da essência do que propõe devido seus objeto e métodos insuficientes. Embora Schopenhauer se considerasse o mais genuíno seguidor da filosofia kantiana, em muito ele se opôs aos argumentos de Kant, e sobre a questão da História não foi diferente. Kant, um iluminista, considerava História como uma ciência fundamental para o progresso da sociedade humana, enquanto seu auto proclamado seguidor nem ao menos a considerada como uma ciência com qualquer relevância. Ambos os autores proporcionaram contribuições para a historiografia atual, no sentido de distinguir concepções acerca dos fundamentos e da importância da História. Para Kant, a História é a ciência que melhor traduz a evolução da humanidade enquanto que, para Schopenhauer, em seu claro anti-historicismo, a História não passa de uma “comédia do absurdo”.

**Palavras-chave:** Kant; Iluminismo; Razão; Schopenhauer; Anti-historicismo.

## ABSTRACT

The present research consists in the development of a dialogue between the philosopher Immanuel Kant (1724-1804) and Arthur Schopenhauer (1788-1860) with the intention to analyse their propositions about the fundamentals and the importance of the History. It's about a research with theoretical and bibliographical approach, that used as the principal references the following works: of Kant, *Idea for a universal history from a cosmopolitan point of view* (1784), and of Schopenhauer, *A World as Will and representation* (1818). Although him a devoted reader of that, these authors do not share concurrent positions about the problem there was talked about, Kant exalts the history as direction for the development of the society, gifted with the rationalist perspective, realize the history as a collective reason study camp. Schopenhauer, on the other hand, see the History and the past, your object of study, only as one more area of the knowledge with less importance, which do not give de essence that which propose due yours object and methods insufficient. Although Schopenhauer consider himself the most genuine follower of the Kantian philosophy, although in many ways he opposes the arguments of Kant, and about the question History was not different. Kant, an enlightenment thinker, considered the History as a fundamental science for the progress of the human society, while yourself proclaimed follower not even consider as a science with any relevance. Both authors provided contributions for the actual historiography in the sense of distinguish conceptions about the fundamentals and the importance of the history. For Kant, the History is the science that better translate the humanity evolution while Schopenhauer, in your clear anti-historicism, the History do not pass that a "Absurd Comedy".

Keywords: Anti-historicism; Kant; Schopenhauer; Reason

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 PERSPECTIVA KANTIANA SOBRE A HISTÓRIA .....</b>	<b>11</b>
2.1 VIDA DE IMMANUEL KANT .....	11
2.2 ILUMINISMO .....	11
2.3 NOVE ARGUMENTOS KANTIANOS SOBRE A HISTÓRIA .....	16
<b>3 PERSPECTIVA SHOPENHAEURIANA SOBRE A HISTÓRIA .....</b>	<b>24</b>
3.1 A VIDA DE ARTHUR SCHOPENHAUER .....	24
3.2 METAFISÍCA DA VONTADE: GRAUS DE REPRESENTAÇÃO DA VONTADE .....	26
3.3 SCHOPENHAUER ANTI-HISTORICISTA .....	27
<b>4 CONCLUSÃO .....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>37</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa bibliográfica busca discutir os fundamentos a importância da história, partindo do debate entre os filósofos Immanuel Kant (1724-1804) e Arthur Schopenhauer (1788-1860). Em outras palavras, trata-se de discutir a própria compreensão sobre a História enquanto um meio de produção de conhecimento.

Kant, enquanto um filósofo iluminista, compreendia a História como resultado dos processos humanos regidos pela moralidade e ética que caminham em direção de uma estrutura social ideal. Segundo ele, a História tem como função registrar o progresso da sociedade humana pelos desígnios da razão. Seus principais argumentos sobre a historiografia estão descritos em sua obra *Ideia de uma História universal de um ponto de vista cosmopolita* (1784), que perpassam nove argumentos com a função de legitimar a importância da História para o desenvolvimento racional da sociedade humana.

Schopenhauer, leitor assíduo de Kant, dedicou parte de obra sua principal *O Mundo como Vontade e Representação* (1819) para discutir as proposições kantianas. Embora admita que parte de algumas proposições kantianas como base de seu pensamento, ele entendeu a História como insuficiente para abordar o fenômeno da humanidade em sua totalidade. Segundo Schopenhauer, a realidade (ou o quid do mundo, em outras palavras, o que o mundo é) está dividida entre Vontade, a essência metafísica da coisa em si, e a Representação, meros fenômenos da Vontade. Segundo esta divisão, a História aborda tão somente representações, logo não é capaz de atingir a essência do mundo.

Esta pesquisa, pois, estabelece um verdadeiro debate entre as ideias dos filósofos mencionados, assim como de seus comentadores, acerca do saber histórico.

Sendo assim, se faz necessário analisar as proposições kantianas sobre a História, possibilitando compreender sua perspectiva em relação ao saber historiográfico, o que está contido no primeiro capítulo deste trabalho, bem como analisar a teoria schopenhaueriana, tendo como foco sua percepção sobre a história, o que se encontra no seu segundo capítulo. Além disso, como propedêutica, apresentou-se também a vida e a obra de ambos no início de cada capítulo com o intuito de preparar o terreno teórico para se estabelecer um debate entre as perspectivas de Kant e Schopenhauer acerca a relevância da historiografia enquanto produção de conhecimento.

## 2 PERSPECTIVA KANTINA SOBRE A HISTÓRIA

### 2.1 VIDA DE IMMANUEL KANT

Immanuel Kant nasceu em 1724 na cidade de Königsberg, cidade da Prússia Oriental. Atualmente correspondente a cidade de Kaliningrado, pertencente a Rússia. Diferentemente da casta intelectual, teve uma origem bastante humilde. Vinha de uma família de artesãos, Johann Georg Kant, seu pai, e Regina Dorothea Reuter, sua mãe, atuaram respectivamente como seleiro e dona de casa. A família passou por duras provações, dentre elas a morte precoce de seis irmãos de Immanuel Kant.

Por orientação de sua mãe, foi fortemente influenciado por desígnios do pietismo, uma corrente radical do protestantismo. Reuter também não deixou de lado a formação escolar de seu filho, ao matricular Kant no *Collegium Fredericianum*. Embora Kant tenha questionado os ensinamentos dos pietistas, não se pode negar a influência destes em sua vida e em sua produção.

No ano de 1740, Kant assume uma vaga na Universidade de sua cidade, tendo frequentado os cursos de Ciências e Filosofia, concluindo seus estudos em 1747. O período de 1747 até 1754, assumiu a profissão de preceptor, movimento necessário para sua sobrevivência. Já no ano de 1755 conseguiu seu Doutorado, também ingressando na posição de livre-docente na Universidade de Königsberg. Assumiu o cargo de professor efetivo, mediante concurso, no ano de 1770. O período de 1770 até 1781 é um marco para a trajetória de acadêmica de Kant, período em que publicou sua principal obra a *Crítica da Razão Pura*.

Kant sempre abalou as estruturas dos campos de estudo que decidiu abordar. Já no fim de sua vida lidou com certos infortúnios. 1794 foi marcado para Kant pela censura sobre sua obra *A religião nos limites da pura razão*. Ascensão de Frederico Guilherme II ao trono da Prússia significou um movimento bastante reacionário e Kant foi intimidado a prestar esclarecimentos em decorrência das ideias presentes na obra destacada. Embora, não tenha chegado a se retratar, não persistiu com a divulgação e reforço de suas ideias.

### 2.2 ILUMINISMO

Discutir o conceito de História segundo Kant é passar, necessariamente, pelo movimento iluminista, pautado pelos ideais do constante progresso da sociedade e razão,

elementos básicos para sua teoria, presentes na obra *Ideia de uma História universal de um ponto de vista cosmopolita* (1784), uma vez que foi membro do movimento iluminista (1685-1815), marco para a produção de conhecimento na Europa durante o final do século XVII até o início do XIX.

O iluminismo foi a corrente de pensamento que pautou a intelectualidade europeia do século XVIII. Movimento de teor científico, filosófico, político e pedagógico, caracterizado pela valorização da razão como guia do desenvolvimento da humanidade e sociedade, é caracterizado também por colocar em descrédito os misticismos provenientes do imaginário popular e de sua consequente religiosidade. Tal movimento propunha-se trazer a luz da razão para iluminar “as sombras” representadas pelas expressões religiosas judaico-cristãs e suas superstições.

O seio francês abrigou uma fagulha de revolta mais acentuada em relação às religiões judaico-cristãs, haja vista que passou a considerar a religião enquanto um conjunto de dogmas de obediência e medo perante seres superiores e sobrenaturais. Possibilitar a continuidade da crença em Deus desvinculada da racionalidade significaria também tratar e alimentar uma serpente ferida sem nunca esperar por seus botes. Segundo o pensamento iluminista, a razão deveria substituir a religiosidade como guia da sociedade em prol do progresso. As serpentes representadas pelas religiões judaico-cristãs estavam bastante fragilizadas durante o desenvolvimento ápice da influência iluminista sobre a sociedade europeia. A religiosidade se encontrava em descrédito quando comparadas à ciência e à sua consequente racionalidade.

Seguindo esta influência iluminista, Kant pensou a sociedade pautada a partir da razão. O desenvolvimento da sociedade europeia enquanto racional, livre de costumes religiosos, mitos ou superstições de origem cultural ou religiosa. Sendo as leis vistas como demandas necessárias para manutenção da organização e desenvolvimento humano e não como a expressão de desígnios divinos.

Apesar da variedade de costumes e crenças dos múltiplos povos que habitam o planeta, existiria um consenso possível dado apenas pela razão. Consenso este capaz de determinar as necessidades inerentes em todas as sociedades, apenas chegando neste ponto de compreensão e desenvolvimento através da razão. O pensamento crítico e racional possibilitaria a elaboração de leis a serem seguidas por todos. O iluminismo entende que normas jurídicas e teorias econômicas devem ter a razão como principal base, garantindo sua neutralidade. Concepção da existência de normas inerentes aos seres humanos, independentemente de cultura, classe social e nacionalidade. Perspectiva expressa pela *Declaração de direitos francesa* (1789) e *Declaração de Independência dos Estados Unidos*

*da América* (1776), ambas caracterizadas pela valorização da liberdade, igualdade, propriedade, segurança e a resistência a opressão. Sobre este traço do iluminismo na formação do espírito das leis, Pereira destaca:

Esse traço envolvendo a epistemologia das ciências não inibe a interpretação de um outro estrato, no mesmo nível em que este se localiza e ao qual está geneticamente ligado: o compromisso lógico implica num compromisso ético dos homens com o conhecimento. A autonomia da razão em julgar a si mesma a partir de seus critérios, sem a intervenção de nenhum outro princípio como a tradição, a religião ou a política estende seus domínios para além da lógica e cria um compromisso ético ao pensar a ação do homem no mundo segundo a razão pura (Pereira, 2005, p. 04).

O pensamento iluminista foi principalmente disseminado entre a intelectualidade burguesa e, portanto, se manteve bastante alheio as classes populares, uma vez que a propagação de suas ideias foi geralmente realizada através dos centros acadêmicos, maçonaria, da Enciclopédia francesa, do intercâmbio epistolar entre eruditos, de ensaios acadêmicos e periódicos, dentre outros meios. O iluminismo representou para Kant o crescimento da consciência em direção a libertação da mente humana da servidão, erros e prejulgamentos, valorização da razão enquanto empenho crítico, fazendo com que a razão se sobressaia perante dogmas metafísicos, moralidade, superstições, religiosidade e tiranias do homem sobre o homem.

É preciso observar que o crédito do iluminismo não está na originalidade de ideias e conceitos, estes muitas vezes buscados no século anterior. O mérito reside no empenho racional, aliado ao pensamento crítico e rigoroso.

A corrente de pensamento iluminista entende a filosofia enquanto agente da dúvida e questionamento. Não podendo ser restrita a meras doutrinas, estando mais atrelada ao método científico ligado ao pensamento crítico e questionador. É o iluminismo que consolida os *status* da História como uma ciência pautada na razão em virtude da superação das tradições, da religiosidade e das superstições. Nem mesmo as mais sagradas relíquias do passado estariam livre de críticas feitas mediante métodos racionais rigorosos, o que evidenciou, num primeiro momento, a sua proximidade com as ciências ligadas diretamente à natureza.

Kant publica *A ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* em 1784. Nesta obra, ele promove uma discussão acerca da História aos moldes do racionalismo estabelecido pelo Iluminismo. O título da obra revela em muito as pretensões de Kant para com seu conteúdo. A obra em questão se trata de um empenho por uma discussão que defina a importância da História, importância segundo da mentalidade iluminista da época. O termo

“universal” deixa claro que Kant entende a História enquanto um conhecimento para além do indivíduo, que encontra sentido na visão da espécie humana. O fio condutor da História é perceptível pela visão ampla do processo de progresso constante da sociedade durante múltiplas gerações. Segundo Kant, a razão faria o homem percorrer o tão árduo caminho em direção ao progresso e a História teria como importante função registrar e preservar este progresso em seus estudos.

O texto *Resposta à pergunta: o que é o iluminismo*, também do ano de 1784, em que Kant discute dois conceitos: menoridade e maioridade, os quais contribuem para o entendimento do sentido de progresso pretendido por Kant e pelo Iluminismo. Ambos os conceitos transcendem a mera noção de tempo de vida. A menoridade é uma fase da qual nenhum indivíduo por mais capacitado está livre, momento no qual o indivíduo passa pelo processo de formação moral e racional. Durante este período permanece sobre os cuidados da figura de um tutor, aquele responsável pelo desenvolvimento do indivíduo. A maioridade consiste na emancipação do indivíduo, ser capaz de tomar decisões, estabelecer princípios morais próprios e exercer a razão. A maioridade está longe de ser um processo indolor e significa transcender o conforto da menoridade, conforto este proporcionado pela despreocupação com o futuro e progresso, seja do indivíduo ou mesmo da sociedade. Alguém preso em sua menoridade se vê livre de suas obrigações para com a sociedade, designa tal função para terceiros. Outro que não o próprio indivíduo assume a autoridade por suas decisões, assumindo a posição de tutor do indivíduo ainda em sua menoridade. A figura do tutor pode ser preenchida por diferentes figuras ao longo do indivíduo: pais, professor, líderes políticos e sociais, mas sempre mantendo a posição de mestres supremos daqueles incapazes de transcender a menoridade.

Segundo Kant, o Iluminismo consiste em um processo de negação da menoridade, incapacidade para valer-se de sua própria razão para tomada de decisão e construção de conhecimento. O homem sobre o estigma da menoridade, seja por preguiça ou má índole, permanece despreocupado para com a sociedade e seu progresso. Para ele, mesmo a Europa iluminista não pode ser considerada uma sociedade de indivíduos iluminados. Os homens responsáveis pela revolução do movimento iluminista foram criados em meio a tradições e normas combatidas por eles mesmo. A Europa iluminista apenas estaria caminhando em direção a tal fim.

A preguiça e caráter vilanesco são as principais atribuições para a menoridade. Mesmo quando a natureza, aqui referente ao desenvolvimento cognitivo proveniente do crescimento do indivíduo, já o libertou, permanece de bom grado como infante. Permanecer no estado de

menoridade é retirar de si a responsabilidade pela condução da própria vida. Trocar a liberdade pelo conforto da subordinação a outro, aceitar veementemente direções e dogmas apontados por terceiros. Kant considera a passagem para a maioridade ao mesmo tempo difícil e perigosa. Sempre existiram tutores para de bom grado tomar a rédeas de seus tutorados, assumir a responsabilidade sobre o outro. Tutores agindo como adestradores, transformando indivíduos em feras domadas, incapazes de dar um passo fora da direção ordenada. Seres especialmente medrosos, temendo caminhar com as próprias pernas. Tentar romper essa relação entre dominador e domado implica no medo do desconhecido, receio pela incerteza que é a maioridade.

A menoridade é o conforto do conhecido, delegar o pensamento e decisões para terceiros. Deixa-la é uma tarefa árdua, apenas poucos atingem a maioridade dentro dos termos de Kant. Mesmo que libertos de normas, tradições e conceitos preestabelecidos, a maioria é apenas capaz de pequenos movimentos livres. Destreinados com a liberdade, poucos realmente a conquistam. Poucos conseguem educar o próprio espírito, apenas a estes é possível atingir a maioridade. Kant entende uso público da razão em todos os campos como necessária para progresso. A sociedade europeia seria uma limitadora do pensamento racional. Figuras e instituições sociais, culturais, militares e religiosas, ainda distante do pensar racionalista. Instituições que estariam ocupando lugares de tutores para grupos e indivíduos, os privando da maioridade.

Kant percebe a razão no uso público e privado e entende por uso público como empenho da razão sobre qualquer campo social, político e de conhecimento. Enquanto o privado consiste em exercer atividade de cunho social ou profissional incumbido a determinado grupo ou indivíduo. Segundo Kant, é necessária uma sociedade na qual indivíduos assumam posições responsáveis pela organização e manutenção. Nestas funções o uso privado da razão é fundamental, prezando pela neutralidade e racionalidade em suas decisões. O dever está com a verdade e sociedade, não em condições de teor pessoal. Os indivíduos não estariam privado de racionalizar sobre suas atividades e funções, porém ainda devendo cumprir com suas ordens, desta maneira não atravancando a organização e desenvolvimento da sociedade. Durante o exercício de suas funções para com a sociedade o indivíduo deve zelar pelo uso privado na razão. Já o uso público da razão, está reservado aos momentos não ligados as funções necessárias para o progresso da sociedade.

### 2.3 NOVE ARGUMENTOS KANTIANOS SOBRE A HISTÓRIA

Publicado no ano de 1784, o texto *Ideia de uma História universal de um ponto de vista cosmopolita* marca a inclusão da História nos estudos de Kant. Percebendo que a natureza se serve dos impulsos humanos, a História é apenas passível para a compreensão humana mediante uso da razão, seguindo através dessa mesma razão em direção ao progresso. Gerar a necessidade da ação jurídica em direção a uma federação universal e cosmopolita, volta a administração e manutenção da paz entre as nações.

A História seria responsável pela ordenação e organização do curso dos acontecimentos traçados pela humanidade, através da razão trazer o conhecimento sobre a totalidade da espécie humana durante seu desenvolvimento. Pensar a História segundo casos isolados, chamados grades eventos, apenas resultará em resultados que parecem seguir nenhuma regra, que podem apenas gerar descrédito sobre o empenho da razão sobre a História. Casos parecidos ocorrem com estudos de outras áreas, como, por exemplo, na biologia, ao tentar definir o comportamento de uma espécie apenas se baseando em alguns poucos em cativeiro, que não pode resultar em dados que possam ser estendidos para a toda a espécie. Sobre isto, Pereira afirma que:

Ao mesmo tempo, a História ganha um peso que não poderá mais se desvencilhar: o criticismo. A atitude crítica é essa sombra que atormenta a consciência histórica sempre indagando, sempre questionando a legitimidade de um discurso em termos epistemológicos e éticos: Kant não nos deixa esquecer a que tipo de conhecimento serve um que expõe e critica seus métodos e objetivos, e outro que busca entronizar-se em fórmulas e ditames. (Pereira, 2005, p. 02).

Na obra mencionada, o filósofo em tela apresenta em seus dois primeiros argumentos a discussão que irá desenvolver por todo seu conteúdo, o que não significa que sua leitura integral seja dispensável.

Após as considerações iniciais, Kant divide sua discussão em nove proposições, ou argumentos, pelos quais o autor discute os pontos já estabelecidos nas primeiras páginas da obra. O primeiro argumento:

*Todas as disposições naturais de uma criatura estão determinadas a desenvolver-se alguma vez de um modo completo e apropriado. Assim o comprova em todos os animais tanto a observação externa como a observação interna ou analítica. Um órgão que não venha a ser utilizado,*

uma disposição que não atinja o seu fim é uma contradição na doutrina teleológica da natureza (Kant, s.d., p. 05, grifos do autor).

Kant neste ponto enfatiza o princípio de progresso consta estipulado por ele para a sociedade. A renúncia aos princípios que ele estipula é também a renúncia ao preceito da razão. Kant fala em muito de um desenvolvimento da sociedade, atrelada a ascensão do espírito. Desta maneira, destacados a razão e rigor nos métodos de pesquisa e análise presentes no tanto no iluminismo como no pensamento kantiano.

O segundo argumento consiste na afirmação do ser humano como única criatura racional, ressaltando o coletivo da sociedade em detrimento do indivíduo:

*No homem (como única criatura racional sobre a terra), as disposições naturais que visam o uso da sua razão devem desenvolver-se integralmente só na espécie, e não no indivíduo. A razão numa criatura é uma faculdade de ampliar as regras e intenções do uso de todas as suas forças muito além do instinto natural, e não conhece limites alguns para os seus projectos (Kant, s.d., p. 05, grifos do autor).*

Ao reconhecer as capacidades do ser humano, mas ao mesmo tempo do processo necessário para desenvolvimento da espécie, Kant considera infrutífero tentar medir o potencial de um grupo ou espécie por mera observação de uma geração. Isto significaria recair sobre um problema já solucionado anteriormente em seus próprios escritos. Análises de um espaço amostral tão irrisório só traria resultados limitantes, logo o olhar do indivíduo sobre a História é insuficiente. Seguindo a perspectiva kantiana, apenas o olhar da espécie ao longo de suas inúmeras gerações seria relevante para História.

Segundo Kant, o progresso em direção da ascensão da humanidade carece de tempo, até mesmo para ser percebido e analisado. São necessárias várias gerações (talvez incontáveis) para consolidar a transmissão de conhecimento construídos mediante o pensamento crítico e racional. Sendo assim, Kant considera insuficientes os resultados provenientes de pesquisas em um curto período, que em nada atendem aos requisitos para pretensão de uma História do ponto de vista universal, tal qual pretendido em sua obra.

Enquanto os dois primeiros argumentos têm como foco a perspectiva kantiana do constante desenvolvimento, o terceiro corresponde ao início do detalhamento deste mesmo desenvolvimento:

*A natureza quis que o homem tire totalmente de si tudo o que ultrapassa o arranjo mecânico da sua existência animal, e que não compartilhe nenhuma outra felicidade ou perfeição excepto a que ele, liberto do instinto,*

*conseguiu para si mesmo, mediante a própria razão.* A natureza nada faz em vão e não é perdulária no emprego dos meios para os seus fins. Que tenha dotado o homem de razão e da liberdade da vontade, que nela se funda, era já um indício claro de sua intenção no tocante ao seu equipamento. Ele não deveria ser dirigido pelo instinto ou ser objecto de cuidado e ensinado mediante conhecimentos adquiridos; deveria, pelo contrário, extrair tudo de si mesmo (Kant, s.d., p. 06, grifos do autor).

Kant compreende que ser humano deve encontrar na razão o necessário para transcender o arranjo mecânico fornecido pelos instintos, uma vez que a liberdade perante os instintos animais deve vir tão somente pela razão. A natureza não comete um erro por implicar os mesmos instintos de outros animais sobre o homem. A razão não surge como uma contramedida às tendências da natureza, a ascensão do espírito implica necessariamente nesta superação.

O filósofo entende que a razão é o guia que conduz o homem e a sociedade para a felicidade, entendida na forma de progresso. A felicidade aqui não deve ser compreendida como conforto ou ganhos individuais, existindo apenas no progresso da espécie. O auge deve ser atingido pela razão. Deste modo, os instintos dos outros animais não estão à altura de tamanha tarefa, tanto que é apenas alcançável por uma única espécie, o ser humano. E, mesmo dentre os humanos, não é possível dizer que todos atingiram tal potencial. Os arranjos mecânicos e instintos também presentes em outros animais não seriam o suficiente para tal. Sendo assim, o texto do CESAD explicita:

Não deixa de ser um projeto estranho e aparentemente absurdo, este de querer redigir uma história segundo uma idéia de como deveria ser o curso do mundo, contanto que esse curso se adaptasse a certos fins racionais. Parece que, partindo desse ponto de vista, poderia resultar apenas um romance. Se, no entanto, pudermos aceitar que a natureza não age sem plano nem objetivo final, mesmo no jogo da liberdade humana, essa idéia já pode ser considerada como praticável; e, embora sejamos um tanto curtos de vista para penetrarmos o secreto mecanismo de sua formação, essa ideia poderia servir-nos de fio condutor para nos representarmos, ao menos de uma forma geral, como formando um sistema, aquilo que sem isso seria apenas um agregado de ações humanas (CESAD, s.d., n.p).

O quarto argumento se trata da dupla tendência do ser humano: a) a se integrar em sociedade e b) em direção ao conflito. Apesar desta aparente controvérsia na humanidade e suas sociedades, nada poderia estar mais dentro da regularidade, de acordo com o próprio Kant:

*O meio de que a natureza se serve para obter o desenvolvimento de todas as suas disposições é o antagonismo destas na sociedade na medida em que ele se torna, finalmente, causa de uma ordem legal das mesmas disposições. Entendo aqui por antagonismo a sociabilidade insociável dos homens, isto é, a sua tendência para entrar em sociedade; essa tendência, porém, está unida a uma resistência universal que, incessantemente, ameaça dissolver a sociedade (Kant, s.d., p. 07, grifos do autor).*

O filósofo de Königsberg entende o antagonismo como inerente à sociedade que se percebe o desenvolvimento. Tendo a razão como guia, esta passará por discordâncias em inúmeras gerações até finalmente atingir o auge do progresso. O humano é, por essência, sociável e também conflituoso. Kant percebe que a discordância possibilita o progresso. Dialética e conflito não fogem da regularidade do ser humano. Mesmo seres que apenas atingem sua plenitude em sociedade, por vezes optam pela discordância. Kant não desconsidera a tendência ao isolamento percebida em alguns indivíduos, mas entende que na busca pela saciedade das necessidades pode implicar no conflito entre indivíduos. Justamente por essas tensões a sociedade é ambiente propício para elevação de espírito.

O antagonismo é, pois, considerado por Kant como fundamental para o progresso. A ausência de antagonismo resultaria apenas na hibernação de possibilidades e proficiências. O ser humano foi imbuído pelo egoísmo e insaciabilidade, elementos considerados por Kant como fundamentais. Sem tais características tantas aptidões possíveis aos seres humanos não poderiam ser aperfeiçoadas. Vejamos, nas palavras abaixo, o que o texto do CESAD expressa sobre isso:

Para Kant, podemos dizer, finalmente, a história avança porque existe uma benéfica competição entre indivíduos, que tem necessidade um do outro. Como comenta Remo Bodei (2001, p. 48): “a civilização é o resultado deste ondular de homens obrigados pela discórdia a serem concordes e pela concórdia a serem discordes. Justamente para reivindicar o caráter não só doloroso, mas também frutuoso do conflito”. E continua Bodei (2001, p. 48), esclarecendo a filosofia kantiana da história: “[...] o parâmetro para avaliar a história não pode ser oferecido pela felicidade do homem, mas sim, pela dignidade da sua existência [...] Por outro lado, não está claro para qual direção o homem se dirige” (CESAD, s.d., n.p).

O quinto argumento de Kant discute a questão administrativa da sociedade. De acordo com suas palavras:

*O maior problema do gênero humano, a cuja solução a Natureza o força, é a consecução de uma sociedade civil que administre o direito em geral. Como só na sociedade e, claro está, naquela que tem a máxima liberdade,*

por conseguinte, o antagonismo universal dos seus membros e possui, no entanto, a mais exacta determinação e segurança dos limites de tal liberdade para que possa existir com a liberdade dos outros (Kant, s.d., p. 09, grifos do autor).

Kant entende a sociedade como meio mais apropriado para liberdade. Relações entre humanos é marcada em muito pelo antagonismo, elemento desenvolvido na proposição anterior. Na busca de obter sua própria satisfação não é raro desprestigiar a terceiros. A organização em sociedade se torna ainda mais necessária para garantir seguridade para seus membros, desta maneira firmar normas e leis que ponham limites os membros e instituições da sociedade.

Seguindo o pensamento kantiano, apenas uma sociedade estruturada e racional pode conceber a verdadeira liberdade. O direito deve ser pautado na razão, esta a guia para sociedade. Apesar das mais variadas sociedades e grupos que compõem a espécie humana, cada qual com seu conjunto de normas e moral, existiriam valores e necessidades inerentes ao ser humano, desvinculadas a cultura, derivadas estritamente da natureza.

Segundo Kant, o conjunto de normas e leis tem como principal função garantir a liberdade para um grupo ou indivíduo sem desprestigiar terceiros. Necessário para tal um código baseado na perspectiva racionalista hegemônica durante o século XVIII. A razão livre de elementos culturais e tradições seria o único caminho para criação e organização da sociedade civil, principalmente tendo vista o contexto do século XVIII.

Kant compara a sociedade civil a árvores de bosques, onde cada uma deve disputar seu lugar ao sol, estabelecendo, assim, as relações de antagonismo formadas mediante a disputa pela sobrevivência. É justamente pela disputa e antagonismo na natureza que estas árvores crescem fortes e belas.

O sexto argumento, à semelhança do quinto, tem seu foco na organização e na administração que se observa por meio da liderança. Enquanto a anterior focada no conjunto de normas e leis, esta discute a liderança da sociedade, conforme se observa na seguinte citação do próprio filósofo:

*Este problema é, ao mesmo tempo, o mais difícil e o que mais tardiamente é resolvido pelo género humano. A dificuldade, que já a simples ideia desta tarefa põe diante dos olhos, é a seguinte: o homem é um animal que, quando vive entre os seus congéneres, precisa de um senhor. De facto, abusa da sua liberdade em relação aos outros semelhantes; e embora, como criatura racional, deseje uma lei que ponha limites à liberdade de todos, a sua animal tendência egoísta desencaminha-o, contudo, onde ele tem de renunciar a si mesmo. (Kant, s.d., p. 10, grifos do autor).*

O quinto argumento discute a organização enquanto conjunto de leis e código civil. O sexto discute a necessidade de lideranças. O ser humano é múltiplo. Enquanto animal, é egoísta e impiedoso. Já enquanto ser racional busca limitar a liberdade do outro, mediante as leis de Estado que garanta o direito de todos.

Kant desenvolve o sexto argumento de sua obra segundo a lógica do senhor e animal, estabelecida por ele no mesmo momento de sua obra. O ser humano enquanto vivendo entre seus iguais, sugeria a necessidade de lideranças.

A real problemática reside no fato que o senhor também é um animal, logo também egoísta. Cada indivíduo abusa de sua liberdade até que seja suprimido por outro elemento ou figura de autoridade. Uma liderança do mais alto escalão deveria ser justo por si mesmo, sem necessidade de interferência de outros. Mesmo Kant afirma estarmos aqui lidando com um dilema e que não há uma solução perfeita para tal. Requerer um homem, mas ao mesmo tempo, sem qualquer disposição para tomar proveito da posição de liderança e poder que vem com ela. Porém, receptivo a responsabilidades inerentes a posição.

O sétimo argumento apresenta a percepção de Kant sobre os Estados considerados em sua individualidade. Kant entende a necessidade da formulação de uma identidade nacional por meio de uma Constituição como necessária para tal o estabelecimento de relações externas entre os Estados. Segundo suas palavras:

*O problema da instituição de uma constituição civil perfeita depende, por sua vez, do problema de uma relação externa legal entre os Estados e não pode resolver-se sem esta última.*

De que serve trabalhar por uma constituição civil legal entre os indivíduos, isto é, pelo estabelecimento de uma comunidade? A mesma insociabilidade, que obrigou os homens a estabelecer tal comunidade, é de novo a causa por que cada comunidade se encontra numa relação exterior, isto é, como Estado em relação a outros Estados, numa liberdade irrestrita e, por conseguinte, cada um deve esperar do outro os males que pressionaram e constrangeram os homens singulares a entrar num estado civil legal (Kant, s.d., p. 11, grifos do autor).

Na mesma medida em que as relações entre indivíduos são baseadas no antagonismo, interações entre diferentes Estados seguem o mesmo princípio. Inúmeras gerações das sociedades estão imersas em constante antagonismo. Sucessivas tentativas desastrosas caminhariam para um real sucesso. É no constante conflito que o desenvolvimento pode ser esboçado. Kant entende que a melhora apenas pode existir por meio do desgaste e destruição do antigo, enquanto ordem vigente afim de que se consiga formular o novo.

O pensamento kantiano define apenas a razão como capaz cessar tamanha desgraça. A formação de uma federação de Estados, possibilitaria outros caminhos para a resolução de embates entre os Estados. Optar pela civilidade é também presar pelo atendimento amplo das necessidades dos Estados, mesmo os menos poderosos. Mesmo podendo parecer uma ideia absurda para o ambiente do século XVIII, foi exatamente atitude da humanidade durante a História que resultou no contexto vivenciado na época. Formação de grupos em prol da coexistência entre os Estados, conforme Pereira descreve:

O elogio a uma política cosmopolita de direito universal e de igualdade jurídica entre nações confederadas e a conseqüente negação de um ufanismo nacionalista permanece em descrédito, e é mesmo considerado um devaneio no contexto das décadas seguintes a publicação de seus livros (primeiro quartel do século XIX) até a primeira metade do século XX; além disto, consideremos a patente sombra que as três Críticas lançaram sobre as obras menores. Não obstante, a partir da década de 50 do século passado, o nome de Immanuel Kant vem sendo retomado por diferentes vias e atualizado na filosofia, na História, no pensamento político e jurídico – Hans Kelsen, John Rawls, Michel Foucault, Hannah Arendt, Jürgen Habermas, para citar alguns (Pereira, 2005, p. 03).

O oitavo argumento, por sua vez, é resultante do anterior. Pensado a História da humanidade no sentido de progresso, um progresso estruturando num ciclo, assim descreve Kant:

*Pode encarar-se a história humana no seu conjunto como a execução de um plano oculto da Natureza, a fim de levar a cabo uma constituição estatal interiormente perfeita e, com este fim, também perfeita no exterior, como o único estado em que aquela pode desenvolver integralmente todas as suas disposições na humanidade (Kant, s.d., p. 15, grifos do autor).*

A oitava proposição discute o humano não como indiferente às épocas mais remotas possíveis dentro da História humana. Critica a estrutura na qual os Estados se situavam durante o século XVIII, considerada por ele como em situação distante da racionalidade, uma situação que ele considerava artificial. Chegando ao ponto de Estados não poderem lidar com suas próprias culturas e tradições, temendo a perda de seus poderes e influências.

Neste argumento observa-se sua consideração de que o progresso, como já descrito por Kant em outros momentos da mesma obra, não estão para o indivíduo. O progresso está para a espécie, perceptível apenas em períodos de tempos que a vida humana não é capaz de conter. Um argumento que reitera o progresso contínuo estaria com a racionalidade. Também

definindo o movimento de progresso como um processo constantemente circular, segundo suas próprias palavras:

Embora este corpo político se encontre agora só ainda num projecto grosseiro, começa já, por assim dizer, a suscitar um sentimento em todos os membros, interessados na manutenção do todo; isso alenta a esperança de que, após muitas revoluções transformadoras, virá por fim a realizar-se o que a Natureza apresenta como propósito supremo: um estado de cidadania mundial como o seio em que se desenvolverão todas as disposições originárias do género humano (Kant, s.d., p. 17).

O nono e último argumento consiste na conclusão de todas outras, nos seguintes termos: “*Um ensaio filosófico que procure elaborar toda a história mundial segundo um plano da Natureza, em vista da perfeita associação civil no género humano, deve considerar-se não só como possível, mas também como fomentando esse propósito da Natureza*” (Kant, s.d., p. 17, grifos do autor).

O último ponto do ensaio de Kant sobre a produção da História é um direcionamento: trata-se de demonstrar a leviandade de basear a História em uma possibilidade de desenvolvimento futuro.

A obra *Ideia de uma História Universal de um ponto de vista cosmopolita* é a estruturação do movimento pretendido por Kant. Fragmenta sua proposta. Disserta ao logo de suas nove proposições cada etapa de seu pensamento. Também se alinhando com o pensamento hegemônico da época, tornando sua ideia bastante identificável pelos olhares da época.

A História é meio para perceber, analisar e questionar. Ferramenta pela qual o ser humano tem possibilidade de ter dimensão do progresso em direção a racionalidade, conduz a humanidade até maioridade. Ascensão que poderá ser contatada também através da História, seguindo os princípios cosmopolita e universal.

### 3 PERSPECTIVA SHOPENHAEURIANA SOBRE A HISTÓRIA

#### 3.1 A VIDA DE ARTHUR SCHOPENHAUER

Arthur Schopenhauer nasceu em 1788 na cidade livre de Dantzig, hoje pertencente ao território da Polônia. A família dos Schopenhauer pertencia à classe mais abastada da sociedade europeia. Arthur Schopenhauer deteve um substancial patrimônio proveniente dos empreendimentos de seu pai, Heinrich Floris Schopenhauer (1747-1805). Sua mãe chamava-se Johanna Troseiner Schopenhauer (1766-1838).

No ano de 1800, a família Schopenhauer realizou uma luxuosa viagem pela Europa, regada a tanto luxo quanto o dinheiro pôde proporcionar. Seu pai havia feito a proposta da viagem numa negociação com o filho para que ele fizesse escola de comércio e assumisse os seus negócios, haja vista que era comerciante bem sucedido. Encantado com a proposta, o jovem Schopenhauer aceita os termos do negócio com o pai.

Diferentemente dos demais membros de sua família, o jovem que viria a se tornar filósofo se atentou para a outra face da Europa contemporânea. Enquanto seus familiares mantiveram a atenção para peças, operas, festas ou hospedagens luxuosas, por mais deslumbrantes que fossem não foram capazes de turvar a visão de Arthur Schopenhauer. Descrito por Fisac: “nele, o jovem teria adquirido a consciência de que o mundo é, em última análise, uma espécie de teatro criado por um demônio cujos figurantes suportam as misérias da vida apenas para seu deleite” (Fisac, 2012, p. 591).

Jesús Gonzáles Fisac enfatiza o teor da viagem, desta maneira ressaltando a ressignificação feita pelo filósofo sobre a mesma, nas seguintes palavras:

E a natureza da viagem não deve ser esquecida: nesta altura, os nobres e a alta burguesia (como os Schopenhauers) começaram a fazer longas viagens “pelo mero prazer de conhecer o mundo, ou para se deslocarem aos estabelecimentos termais que eram”. A tudo isto, há que acrescentar que os diários de viagem do jovem não constituem um diário íntimo: não há reflexões de carácter íntimo ou pessoal. Não há nada neles que não alcance os olhos dos pais (Fisac, 2012, p. 592).

Em maio de 1803 parte para Amsterdã de onde seguiriam o caminho até a Inglaterra: chegando ao sul da França já em 1804, seguindo por Lyon até Savonia, retornando por Suábia e em setembro por fim chegando em Berlim, local onde a família acabou se dividindo.

Enquanto o pai retornava para Hamburgo, Arthur Schopenhauer e sua mãe seguiram para Dantzig.

Mesmo separados, pois segundo o costume da época, os pais não eram diretamente responsáveis pela criação dos filhos, a educação de seu filho não deixou de ser uma prioridade para Heinrich Schopenhauer. Mediante cartas, instruía seu filho nos desígnios de um aristocrata e comerciante, seja na postura corporal, nas maneiras adequadas de realizar interações sociais e estudos próprios para o comércio. O pai de Arthur Schopenhauer acabou falecendo prematuramente em 20 de abril do ano de 1805, talvez por suicídio. O filósofo jamais aceitou tal hipótese, inclusive em sua autobiografia atribuía o falecimento de seu pai a um infeliz acidente.

Após abandonar os estudos de comércio, liberado por sua mãe da promessa que fizera ao seu pai antes da viagem, Schopenhauer se matricula no curso de Medicina em outubro de 1809, na Universidade de Gottingen. Contudo, embora tivesse feito praticamente todo o curso, nunca o concluiu.

Posteriormente, Schopenhauer ingressa no curso de Filosofia da mesma universidade, onde se doutora também em Filosofia no ano de 1813, aos vinte cinco anos de idade. No ano de 1820, Arthur Schopenhauer toma lugar entre o corpo docente da Universidade de Berlim, universidade na qual também lecionava George Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), de quem nosso filósofo se considera um verdadeiro inimigo.

Os temas dos cursos que lecionou nesse período são posteriormente adensados em sua obra *O mundo com vontade e representação* (1819). Com o objetivo de afrontar Hegel, o filósofo marcou suas aulas nos mesmos horários de seu colega de docência. Contudo, enquanto as aulas deste eram lotadas, as aulas de Schopenhauer eram esvaziadas, contando apenas com quatro ou cinco alunos, nenhum da Filosofia propriamente dita, chegando ao ponto de Schopenhauer não ofertar sua disciplina pela falta de inscrições suficientes.

O nome de Arthur Schopenhauer reaparece no corpo docente da Universidade de Berlim de 1826 até 1831, mas logo ele abandona a cátedra e passa a criticar fortemente a filosofia universitária.

Schopenhauer não atingiu sua glória em vida. Fracassadas reformas políticas na década de 30 (trinta) do século XIX haviam fragilizado a Alemanha e, em decorrência do freio no desenvolvimento alemão, operou-se um verdadeiro revés na mentalidade da sociedade alemã, juntamente com a dissolução da escola hegeliana, o que contribuiu para a ascensão da filosofia de Schopenhauer (com tons bastante ásperos, pouco animadores, o que

lhe causou a fama de ser um filósofo puramente pessimista) perante a sociedade, uma mudança de status não só de teor filosófico, mas também político na Europa.

Finalmente, em 1854 a filosofia de Schopenhauer estava disseminada entre as classes da sociedade alemã e, três anos depois, sua filosofia já era ensinada nas universidades de Lena, Bonn e Breslau.

Schopenhauer falece no ano de 1860 em decorrência de um ataque cardíaco. Na época residia na cidade de Frankfurt am Main.

### **3.2 METAFISICA DA VONTADE: GRAUS DE REPRESENTAÇÃO DA VONTADE**

Discutir a teoria schopenhaueriana sobre a História implica inicialmente ter de passar pelo conceito de Vontade e seu consequente entendimento metafísico.

Este filósofo distingue dois tipos de vontade: Vontade (grafada com V maiúsculo) de vontade (grafada com V minúsculo). Enquanto Vontade é essência da realidade, a vontade consiste nos fenômenos, também chamadas representações, da primeira

Para Schopenhauer, a Vontade é una e indomável, apenas perceptível através de suas frações, representações da Vontade. As representações, por sua vez, são múltiplas e finitas, todos os elementos presentes no tempo e espaço são estas representações, divididas em graus diversos, conforme as características reunidas por cada fenômeno.

Os graus de representação da Vontade podem ser divididos entre inorgânico, plantas, animais e, por fim, o ser humano. A Vontade é sempre a soberana, prescindindo inclusive a própria razão. O mundo inorgânico e o reino vegetal são fundamentais para esta percepção, uma vez que são desprovidos apenas de razão, mas não de Vontade.

Sobre essa carência de qualquer racionalidade da Vontade, Schopenhauer afirma:

A Vontade também é ativa sem nenhum conhecimento. O pássaro de um ano que não tem representação alguma dos ovos para o qual constrói um ninho; nem a jovem aranha tem da presa para a qual tece uma teia [...]. nas ações desse animais, bem como em outras, a Vontade é sem dúvida ativa; porém se trata de uma atividade cega, que até é acompanhada de conhecimento, sem no entanto ser conduzida por ele. [...] Em nós, a mesma Vontade também atua cegamente e de diversas maneiras; por exemplo, em todas as funções do corpo não guiadas por conhecimento, em todos os processos vitais e vegetativos: digestão, circulação sanguínea, secreção, crescimento, reprodução. Não só as ações do corpo, mas ele mesmo [...] é no todo fenômeno da Vontade; noutros termos, Vontade objetivada, concreta. Portanto, tudo o que ocorre tem de ocorrer mediante Vontade, embora aqui a Vontade não seja conduzida por conhecimento, não seja determinada por

motivos, mas atue cegamente segundo causas, nesse caso chamadas EXCITAÇÕES (Schopenhauer, 2005, p. 173-174, grifos do autor).

Segundo Schopenhauer, o inorgânico encontra sua vontade na permanência, na capacidade de se manter inalterado, se manter o repouso em busca da proteção contra agentes externos. O orgânico, por sua vez, funciona em sentido contrário: busca garantir sua existência mediante o movimento. Contudo, estes movimentos contrários não passam de formas distintas de manifestação de uma mesma e única Vontade, conforme se observa na citação a seguir:

Reconhecerá a mesma vontade como essência mais íntima não apenas dos fenômenos inteiramente semelhantes ao seu, ou seja, homens e animais, porém, a reflexão continuada o levará a reconhecer que também a força que vegeta e palpita na planta, sim, a força que forma o cristal, que gira a agulha magnética para o pólo norte, [...] a própria gravidade que atua poderosamente em toda matéria, [...] tudo isso é diferente apenas no fenômeno, mas conforme sua essência em si é para se reconhecer como aquilo conhecido imediatamente de maneira tão íntima e melhor que qualquer outra coisa e que, ali onde aparecer de modo mais nítido, chama-se VONTADE (Schopenhauer, 2005, p. 168, grifos do autor).

Deste modo, é necessário ressaltar o caráter irracional da Vontade que é a mola mestra de toda realidade. Em outras palavras, a racionalidade existe tão somente para o conhecimento que é totalmente secundário à Vontade. Esta explicação marca profundamente a concepção e a importância que Schopenhauer atribui à História de um modo em geral.

### 3.3 SCHOPENHAUER ANTI-HISTORICISTA

A Vontade, enquanto essência da realidade não passa de puro sofrimento. Tal sofrer é um ato infundo, haja vista que ele é marcado por dois momentos pendulares: por um lado, através do desejo de tudo possuir; por outro, pelo tédio que se abate logo após se consegue saciar o desejo.

Segundo o filósofo, a Vontade pode ser perceptiva principalmente no presente e futuro. O presente seria o lugar das vontades, momento de não completude do desejo, manifestação do sofrimento pela ausência do objeto desejado. O presente também é o momento de completude de desejos passados. Porém, breve e pouco significativa para o cálculo. A satisfação logo é substituída pelo pior dos terrores, sofrimento pela ausência de desejo, ou seja, pelo tédio. O futuro, por sua vez, consiste nas expectativas a serem atendidas.

Por fim, o passado se mostra pouco ou nada significativo para a metafísica de Schopenhauer. Não passando de amontoados de nostalgia, frustrações e desejos saciados, mas já pouco significantes, conforme podemos perceber na citação abaixo:

Todo querer nasce de uma necessidade, portanto de uma carência logo, de um sofrimento. A satisfação põe um fim ao sofrimento. A satisfação põe um fim ao sofrimento; todavia, contra cada desejo satisfeito permanecem pelo menos dez que não o são. Ademais, a nossa cobiça dura muito, as nossas exigências não conhecem limites; a satisfação, ao contrário, é breve e módica. Mesmo a satisfação final é apenas aparente: o desejo satisfeito logo dá lugar a um novo: aquele é um erro conhecido, este um erro ainda desconhecido (Schopenhauer, 2005, p. 266).

A perspectiva schopenhaueriana sobre a História está diretamente relacionado a posição do passado dentro de sua percepção. Segundo o filósofo, a historiografia tem sua potência limitada por seu objeto de estudo. Para ele, o estudo do passado é suficiente para a compreensão da Vontade enquanto o *quid* do mundo.

Vale ressaltar também que a potência proporcionada pelo objeto de estudo da História também é seu limitante, pois, incapaz de estabelecer um senso de universalidade, mesmo que a História tenha tal pretensão, ela jamais é capaz de analisar uma faixa de tempo tão extensa que lhe dê a garantia de observar a essência do mundo.

Neste sentido, afirma Silva:

Justamente por possuir a doutrina dos motivos como seu fio condutor, a história não dá conta de espelhar a essência do mundo, que, como vimos, é Vontade. Em outras palavras, a essência da humanidade não pode ser encontrada pela história pois uma vez que ela segue o fio condutor dos motivos, se torna incapaz de revelar a verdadeira essência do mundo (Silva 2022, p. 08).

Schopenhauer estabelece uma diferença essencial entre a História e Filosofia. A História consegue apenas estabelecer panoramas particulares sobre cada época e, justamente por isto, demonstra ser incapaz de perceber a Vontade como *coisa em si*, através de seus métodos. A Filosofia, por sua vez, tem a capacidade de, independente da época, compreender a essência da humanidade. Mesmo que cada época tenha suas particularidades, estas apenas existiriam enquanto representação, não enquanto *coisa em si*. Uma verdadeira Filosofia da História deve ter em mente o que sempre é, logo dedicando-se à *coisa em si*, não a meros fenômenos, que podem ter as mais variadas configurações.

Neste ínterim, vale ressaltar o que destaca Silva: “Não se pode chegar a nenhum conhecimento sobre a natureza humana se se levar em consideração os acontecimentos históricos, uma vez que se situam no mero âmbito dos fenômenos, não possuem a capacidade de conhecer ou fazer conhecer a essência das coisas” (Silva, 2022, p. 06).

E continua:

Deste modo, é preciso evidenciar que: 1- a história não é capaz de produzir o conhecimento da essência do mundo e 2- que ela sequer pode ser considerada uma ciência, haja visto lhe faltar, justamente por esta incapacidade citada, os caracteres de uma verdadeira ciência. Não se pode chegar a nenhum conhecimento sobre a natureza humana se se levar em consideração os acontecimentos históricos, uma vez que se situam no mero âmbito dos fenômenos, não possuem a capacidade de conhecer ou fazer conhecer a essência das coisas (Silva, 2022, p. 06).

Segundo Schopenhauer, a História apenas daria conta da questão fenomênica, não sendo capaz de atentar-se sobre questões da Vontade como coisa em si. A História tem aspirações para com análise e compreensão da política e social, questões que não são capazes de darem conta da Vontade como coisa em si. A historiografia apenas tem pretensões e métodos para dar de conta das representações da Vontade no tempo de espaço, logo nunca atingindo o cerne da mesma.

O autor não se limita em apresentar a História como limitada as representações, mas também a define como incapaz de articulação de conhecimento como as ciências. A historiografia produz discursos voltados a objetos de estudo individuais e concretos, não possuindo a mesma estruturação de outras disciplinas científicas. O filósofo coloca ciências como a Biologia e Física em um patamar mais elevado do que a própria História. As ciências naturais analisariam e definiriam conceitos gerais sobre espécies, agentes orgânicos e inorgânicos. Mesmo que a historiografia buscasse por estudos direcionados ao coletivo das sociedades humanas, não conseguiria se distanciar de seu aspecto individual.

Ademais, o tempo, assim como todos os demais aspectos da realidade, é considerando também como um fenômeno da Vontade. Uma área de conhecimento dedicada aos aspectos do tempo não tem condições de atingir um ponto maior de compreensão da realidade como a Filosofia é capaz.

Conforme observado, Schopenhauer define a História como inferior inclusive até às outras ciências. E isto se dá em decorrência das limitações de sua proposta e de seu objeto de estudo. Enquanto as demais disciplinas científicas se propõem aos estudos de fenômenos em prol da compreensão e estabelecimento de conceitos universais, a História tem como objetivo

atentar-se ao registro de aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos das sociedades humanas ao logo do tempo.

Seguindo a perspectiva do autor, a História dedica suas forças na tentativa de elucidar questões sem influência para a espécie humana, muito menos da Vontade como coisa em si. Desta maneira, não sendo considerado por Schopenhauer como uma ciência por não ser capaz de subordinar os particulares aos universais, mesmo caso tentasse o fazer sua natureza apenas possibilitaria resultar num aglomerado de generalizações vazias com pretensões a universalidade.

Schopenhauer, inclusive, considera outras áreas, mesmo não científicas, como a poesia como transcendentais quando comparadas as limitações da História. A poesia, por exemplo, seria capaz de compreender a ideia o e conceito de ser humano fora do tempo, enquanto a historiografia dependeria inerentemente do tempo. Segundo o autor, o poeta é capaz de perceber intuitivamente a essência da humanidade que transcende a temporalidade, logo não estando presa ao fenômeno. Enquanto o historiador está preso a temporalidade e suas limitações enquanto representação e não coisa em si. Resignando a História a uma posição de inferioridade dentro da teoria schopenhaueriana perante a Filosofia, Arte e ciências. Já que para o autor a historiografia não atingiria os status de ciência.

Contudo, Schopenhauer, ao contrário do que se pode pensar em primeiro momento, não considera a História como totalmente desprovida de finalidade. Apesar de suas limitações, é apenas a partir da História que um povo pode se tornar consciente de si mesmo. Privilegiado pela capacidade da razão, o ser humano tem a capacidade ímpar de ter consciência sobre si mesmo. A História é para a humanidade o que a razão é para o indivíduo. A historiografia tem a função fundamental para o processo racional de tomada de consciência da sociedade humana. Porém, é justamente sua potência que também a limita. Não podendo atingir os *status* de ciência, ela pode ser considerada apenas como uma área de conhecimento.

Sobre isso, Alonso destaca:

Assim, o valor da história, segundo Schopenhauer, consistiria principalmente na sua capacidade performativa ou performativa, pois converte a raça humana em humanidade, alcançando uma consciência coesa de si mesma, conferindo-lhe uma identidade que liga os indivíduos que a ela pertencem. gênero. Neste sentido, se nas ciências naturais o objeto de estudo é a espécie, no caso da história, e graças a ela, a espécie humana como tal torna-se uma unidade autoconsciente. É por isso que Schopenhauer afirma que a história é mais conhecimento do que ciência, ou seja, um tipo de conhecimento que, embora não tenha o rigor ou a exatidão das ciências naturais, nem permite o acesso à ideia de humanidade como as artes teriam. permitir, torna possível a formação da humanidade como uma unidade autoconsciente através da

análise de fontes escritas e monumentais. Portanto, apesar do descrédito da história, ela recupera uma função valiosa na filosofia de Schopenhauer, especialmente no segundo volume de *O mundo como vontade e representação*. Mesmo assim, apesar deste reconhecimento do valor da história, convém lembrar que esta ainda estaria subordinada à poesia, pois como autoconsciência da humanidade seria um tipo de consciência, fenomenologicamente anterior, mas inferior do ponto de vista ontológico, pois ainda não captaria a essência da humanidade, e nesse sentido ainda estaria abaixo da poesia, pois alcançaria a contemplação desinteressada da ideia de humanidade como objetivação superior da vontade (Alonso, 2017, p. 21).

Vale registrar ainda que Schopenhauer enxergou o ápice da História nas biografias e autobiografias, haja vista que, incapaz de atingir sua pretensão universalista, nas biografias seria possível realizar um registro histórico individual, pois consiste num processo mais detalhado e aprofundado do ser humano no fenômeno da Vontade chamado tempo, logo mais propicia para o processo de tomada de consciência da humanidade. Dentre os métodos da historiografia, a biografia é, pois, considerado talvez o mais efetivo para que se possa usufruir dessa capacidade de autoconsciência individual.

Deste modo, os fenômenos analisados e registrados pela História pelo tempo não são significantes para compreensão da coisa em si, então sua utilidade estaria na tomada de consciência do ser humano.

## 4 CONCLUSÃO

A História segundo Kant tem como função ser a ciência responsável por registrar o processo de desenvolvimento da sociedade mediante a razão. Sua obra destinada a esta discussão *A ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* apresenta a problemática em suas primeiras páginas, seguindo o texto com a divisão de sua argumentação. O pensamento de Kant sobre a História foi dividido entre nove proposições, argumentos. Suas contribuições para com a historiografia não se encerram em sua época.

Mesmo tendo publicado sua obra em 1784, nunca tendo saído de sua cidade Königsberg, sua obra ainda hoje não perdeu sua relevância para a Filosofia da História e Historiografia. Discutindo questões impensáveis para sua época como uma organização das nações, organização idealizada por Kant em 1784 que apenas se tornou realidade em 1919. Kant, identificou o antagonismo inerente ao ser humano e suas sociedades. Percebeu que assim como indivíduos, Estados também são unidades. Indivíduos ao passo que buscam a sociabilidade também estabelecem antagonismos, os Estados teriam características bastante semelhantes. Quando Kant observou que os Estados também tem características de indivíduos, os Estados tenderiam ao mesmo tempo tanto em direção a sociabilidade e antagonismo. Kant afirma a inevitabilidade sobre a formação de uma instituição com função de mediar as relações externas entre os Estados.

Kant afirma que a razão inevitavelmente levaria as sociedades em tal direção. Preferencialmente este trajeto deveria ser percorrido pacificamente, porém o conflito também levaria ao mesmo fim. A razão teria condições de levar a humanidade para o progresso. A superação do nacionalismo dos tolos, ideal de líderes que meramente governam por sua própria vaidade e glória. Pensamento validado pela História posterior a Kant. As sociedades e nações poderiam ter traçado um caminho de paz e negação ao conflito mediante a razão, mas o antagonismo do ser humano o levou em outra direção. A Guerra seguida pela organização dos Estados no ano de 1919 no formato da Liga das Nações. Kant pensou e descreveu todo esse processo em 1781.

A obra de Kant carrega consigo muita potencia mesmo na contemporaneidade. Porém, como qualquer obra deve ser analisada de maneira crítica. A sua teoria carrega ganhos para múltiplas áreas de conhecimento na atualidade, inclusive a História. Porém, também traz conceitos já ultrapassados. A própria motriz da obra *A ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, o conceito de razão. O iluminismo, corrente de pensamento que

guiou a produção de conhecimento do século XVIII, tem como base uma supervalorização da razão. O iluminismo sempre terá o mérito colocar a ciência no centro do pensamento europeu, mas a razão já não dá conta de todas as demandas das ciências e Filosofia contemporâneas.

Pensar a ciência apenas dedicada a razão, é desconsiderar o antagonismo descrito pelo próprio Kant. O outro autor aqui discutido, Arthur Schopenhauer, embora auto proclamando kantiano, contrapõe a teoria de seu predecessor em muitos aspectos. Os cerne de ambas as teorias são opostos. Enquanto Kant tem como base a razão como elemento de progresso constante, Schopenhauer desenvolve seu conceito de voluntarismo filosófico.

Schopenhauer, assim como Kant, considera a razão como elemento de distinção entre o ser humano e os demais animais. Capacidades cognitivas únicas, apenas reservadas ao ser humano. Apenas o humano tem consciência de si mesmo e de outros seres e fenômenos ao seu redor. Embora, concordantes neste aspecto, Schopenhauer transcende o ideal racional estabelecido por Kant. A razão para o primeiro e mero elemento secundário, não dando de conta de todos os aspectos da realidade ou mesmo do ser humano. A tendência conflitante definida por Kant é desenvolvida por Schopenhauer, transcendendo mera racionalidade. O exclusivo empenho da razão já não conta da produção conhecimento. Pensar uma História racionalmente idealizada livre de múltiplos discursos, ideologias e interesses é cair na falsa perspectiva de neutralidade da História.

Kant em seu sexto argumento aprofunda a necessidade do sistema legal nas sociedades humanas, aqui também discutindo a questão de um senhor que deve reger sua respectiva sociedade. As problemáticas inerentes ao pensamento de Kant são percebidas até pelo próprio na mesma obra em questão. Kant solicita um senhor capaz de governar os demais humanos. O senhor em questão deveria estar livre das próprias vontades, capaz de colocar o direito comum sobre o seu próprio. Não estando submetido as demais estruturas de coerção social, o senhor deveria ser justo por si mesmo. Qualidade escassa entre os seres humanos, questão a qual o próprio Autor reconhece.

O sétimo argumento, foi um dos que mais se mostrou assertivo. Kant compreendeu tal perspectiva como inevitável. Podendo ser atingida mediante meios diplomáticos ou conflituosos. A teoria da criação de uma instituição mediadora das relações externas entre os Estados se provou bastante assertiva pela História. Atualmente a Organização das Nações Unidas (ONU) ocupa este papel definido por Kant no ano de 1784 em sua obra *Ideia de uma História universal de um ponto de vista cosmopolita*. Porém, a questão levantada neste momento de reflexão é o quanto o ideal de instituição condiz com as pretensões do autor para o progresso da humanidade.

A ONU como instituições anteriores sejam evidências da relevância da teoria kantiana para a contemporaneidade, não significa necessariamente na resolução das problemáticas entre os Estados ao redor do mundo. Uma organização a qual visa mediar as relações entre os Estados, tende a privilegiar seus membros, principalmente os Estados com maior relevância econômica, política e militar no cenário internacional. Mesmo Estados pertencentes a instituições como a ONU ao longo da História tem suas necessidades postas em segundo plano perante Estados com maior relevância internacional. Voltando ao sétimo argumento, seria necessário um senhor que não privilegiasse os seus perante os demais. Questão problemática mesmo para Kant que desenvolve ambas as ideias.

Kant em sua discussão sobre a importância da História para a sociedade, elabora o oitavo argumento de sua obra, este dedicado em apresentar o trajeto circular da História pensando pelo autor. Segundo Kant, a sociedade caminha constantemente em direção ao progresso mediante a racionalidade. A História tendo como objetivo registrar esse trajeto da sociedade. O filósofo de Königsberg foi bastante infeliz em sua escolha para descrever o movimento da História, pensando o progresso como um movimento circular. A trajetória circular definida por Kant demandaria tanto tempo para ser concluída que a breve vida de um indivíduo não poderia dar conta, a Humanidade até então teria percorrido um mínimo espaço do trajeto.

As ideias de progresso e História presos ao movimento circular já são problemáticas por si mesmas. O oitavo argumento da obra *A ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* possui um erro essencial. Pensar a História humano enquanto movimento circular é também negar o caráter de progresso. Elemento desenvolvido em todos os argumentos da obra.

A trajetória circular para História, mesmo tão longa que a humanidade desde sua origem ainda estivesse na primeira parte do trajeto, inevitavelmente a humanidade voltaria a seu ponto de origem. O início e o fim do trajeto estariam tão próximos, até mesmo sendo o exato mesmo ponto. Neste ponto o progresso da sociedade seria algo irrisório. Tendo em vista que o começo do trajeto, logo seu ponto menos desenvolvido seria também o limite do empenho da razão. A História por sua vez seria uma área de conhecimento dedica ao registro de uma trajetória circular, inevitavelmente fadada ao regresso em direção ao ponto inicial. Todo progresso pretendido por Kant durante História também pouco teria significado, pois a humanidade estaria caminhando em direção ao começo.

O oitavo argumento de Kant entra em choque com sua própria obra. Kant define a razão como a guia da sociedade em direção ao progresso. Segundo o autor, inevitavelmente o

ser humano seguiria os desígnios da razão, a questão apenas seria o método escolhido para caminhar em direção ao inerente progresso pela razão. O autor entende que idealmente o progresso pode ser atingido mediante o estabelecimento de relações diplomáticas entre os Estados, mas a guerra também resultaria no mesmo resultado mesmo que por meios destrutivos. Identificar todo esse processo mediante uma trajetória circular, logo fadado ao regresso enquanto caminha em direção ao horizonte do progresso. Tal perspectiva coloca em xeque a valorização da razão como guia para o desenvolvimento da humanidade. Também desvalorizando a História enquanto ciência e área de conhecimento. Embora, Kant afirme a importância da historiografia por meio de sua obra, o oitavo argumento fragiliza esta afirmação. O oitavo argumento atribui a função da História ao registro de um movimento fadado ao retorno e repetição. O tão pretendido progresso que a História teria função de registrar é meramente ilusório, a humanidade estaria fadada ao regresso mediante um suposto desenvolvimento de movimento circular. O progresso seria apenas temporário. Dá mesma maneira que o progresso definido por Kant apenas poderia ser percebido mediante a ótica da espécie, seu eminente regresso apenas poderia ser percebido mediante a mesma percepção. Invalidando a importância da História em uma obra que tem como função validar a importância desta mesma área de conhecimento.

Arthur Schopenhauer, por sua vez, transcende o ideal da supervalorização da razão. Embora, tenha se autointitulado como discípulo de Kant, discorda em muitos pontos do filósofo. A metafísica da Vontade desenvolvida por Schopenhauer transcende o racionalismo defendido por Kant e o iluminismo. A principal atribuição que Schopenhauer faz para Kant foi ter compreendido a diferença entre coisa em si e representação. A teoria schopenhaueriana supera o elemento da racionalidade, já percebendo a razão não dá de conta do ser humano. Segundo o dito discípulo de Kant, a razão é submissa perante a Vontade. Logo áreas de conhecimento pautadas pelo empenho da razão teriam sua potência limitada aos fenômenos.

Schopenhauer entende a arte e Filosofia como ápice da elevação de espírito. Dentre as áreas de conhecimento está a História, segundo o autor nem mesmo pode ser considerado uma ciência. Tendo como função expressamente dotar o ser humano da capacidade de tomar consciência de si mesmo.

A principal oposição feita por Schopenhauer a historiografia reside em seu objeto de estudo. Segundo o filósofo, o passado não passaria de um mero aglomerado de fenômenos gloriosos ou fracassado, mas essencialmente fenômenos. Pensar a Vontade mediante o passado resultaria no choque com meros fenômenos. Devido ao cerne de seu o objeto de

estudo da História, o passado. Devido a limitação enxergada por Schopenhauer, este a considerou insuficiente para dar conta de sua finalidade.

Schopenhauer, tem seu mérito por notar a essência do ser humano que não pode ser definida ou mesmo contida pela razão. Uma historiografia pautada exclusivamente pautada na razão possui as limitações definidas pelo filósofo. Porém, retirar toda e qualquer importância da História por este argumento é tão problemático como reduzir a História aos termos iluministas. A História passou por processos de ressignificação, não correspondendo a definição estipulada pelo autor. Mesmo a ideia de uma única História já foi superada. Historiografia atual é disputa entre discursos metodológicos, políticos e sociais como nunca foi.

A metafísica da Vontade desenvolvida é uma teoria de cunho universal, busca analisar e compreender a totalidade da realidade mediante o conceito de Vontade criado pelo auto. Schopenhauer acabar todos os possíveis elementos presentes no tempo e espaço como fenômenos. O estudo sobre esses fenômenos não dariam conta de compreender a Vontade como coisa em si, logo não atingindo o cerne da principal questão para quais todas as áreas de conhecimento tentam se dirigir, mas a maioria não tem condições para tal. Segundo o autor, a História está numa posição ainda menos privilegiada quando comparado a outras ciências devido ao seu método e objeto de estudos, nem considerada como tal pelo mesmo. Schopenhauer, no entanto, não retira toda e qualquer relevância da História, ainda a considerando fundamental para tomada de consciência da sociedade humana, considerando que a razão está para o ser humano como a História está para sociedade. Os métodos e objetos de estudos da História da atualidade transcendem a concepção de História da época de Schopenhauer, não permanece atrelada a racionalidade ou mesmo ao passado. A História escrita na atualidade tem diversos métodos, vertentes e objetos de estudos, embora ainda não conseguindo abarcar a Vontade como coisa em si por ainda permanecer focada nos fenômenos da Vontade.

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, Juan David Mateu. La crítica schopenhaueriana de la historia. In. **Schopenhaueriana**: Revista española de estudios sobre Schopenhauer, n. 2, 2017, p. 9-26.
- BOSSERT, Adolphe. **Introdução a Schopenhauer**. Tradução Regina Schöpke e Mauro Baladi. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- CESAD - Centro de Educação Superior a Distância – UFS. **A história universal de Immanuel Kant**. São Cristóvão: s.n, s.d. Disponível em: <[https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/15095116022012Filosofia\\_da\\_Historia\\_aula\\_6.pdf](https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/15095116022012Filosofia_da_Historia_aula_6.pdf)> Acesso em: 09 set. 2024.
- FISAC, Jesús Gonzalez. In: SCHOPENHAUER, A. **Diarios de viaje**: los Diarios de viaje de los años 1 800 y 1803. Madrid: Trotta, 2012.
- GARCÍA, Roger A. Pérez. Historia y conocimiento em la filosofía de Schopenhauer. **Schopenhaueriana**: Revista española de estudios sobre Schopenhauer, n. 2. 2017, p. 43-58.
- HERRERA, Fernando Martínez. Entorno a la «devaluación» de la historia em Schopenhauer. **Schopenhaueriana**: Revista española de estudios sobre Schopenhauer, n. 2, 2017, p. 205-240.
- KANT, Immanuel. **Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita**. Tradução Arthur Morão. LusoSofia, [s.d.].
- MARASSI, Massimo. A estrutura reguladora da crítica e o progresso da história em Kant. **Estudos Kantianos [EK]**, v. 8, n. 1, p. 131-142, Jan./Jun., 2020.
- SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e como representação**, primeiro tomo. Tradução Jair Barboza. São Paulo: UNESP, 2005.
- SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e como representação**, segundo tomo. Tradução Jair Barboza. São Paulo: UNESP, 2015.
- PEREIRA, Affonso Celso Thomaz. A idéia de história em Kant: escrita da história e retórica do presente. **ANPUH** (XXIII Simpósio Nacional de História), Londrina, 2005.
- REALE, Giovanni, ANTISERI, Dario. **História da filosofia**: de Spinoza a Kant, v. 4. –São Paulo: Paulus, 2005.
- REALE, Giovanni, ANTISERI, Dario. **História da filosofia**: do Romantismo ao Empirismo, v. 5. São Paulo: Paulus, 2005.
- SANTOS, Katia Cilene da Silva. A história e a determinação das ações na filosofia de Schopenhauer. **Kínesis**, vol. II, n. 03, abril-2010, pp. 135-143.

SILVA, Antunes Ferreira da. A história enquanto uma comédia do absurdo: os fundamentos do anti-historicismo em Arthur Schopenhauer. **Pólemos**, Revista de estudantes de filosofia da Universidade de Brasília, vol. 11, n. 23, 2022, pp. 219–232.

SILVA, Antunes Ferreira da. **Os conceitos de vontade e representação no entendimento do mundo segundo Arthur Schopenhauer**. 2011. 75 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.